

Reflexões sobre a Trajetória da Política Habitacional Brasileira e sua Conjuntura Atual

Simone da Silva Costa

mone_win@hotmail.com

Linha de pesquisa: Política e Projeto de Habitação social

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere no debate acerca das dinâmicas da produção do espaço e da política de habitação social. A importância de tratar este tema é justificável na medida em que as políticas públicas habitacionais são necessárias à viabilização da moradia para a população de baixo poder aquisitivo num contexto de elevadas desigualdades sociais e pobreza urbana. O atual programa habitacional denominado de Minha Casa Minha Vida (MCMV), inicialmente, trouxe grandes expectativas para as classes sociais menos favorecidas, contudo pesquisas recentes revelam que o modelo adotado prioriza a maximização da rentabilidade do negócio, inerente ao setor privado, seguindo a lógica da produtividade à semelhança do modelo adotado no período do Banco Nacional de Habitação (BNH), isto é, tem privilegiado o mercado dos setores médios da sociedade brasileira, das famílias que têm condições de arcar com o seu custo em detrimento da população de maior vulnerabilidade socioeconômica. Adicionado a este fato, tem contribuído para estimular o processo de periferização nas regiões metropolitanas brasileiras.

1

OBJETIVOS

O Presente trabalho se propõe a analisar o padrão histórico de atuação do setor governamental no campo das políticas habitacionais de interesse social no Brasil. Mais especificamente, procura fazer uma retrospectiva dessas ações e seus impactos no processo de estruturação do espaço urbano nacional, o qual depende, dentre outros fatores, tanto da dinâmica econômica do setor imobiliário como das características do mercado de terras local.

METODOLOGIA

Os dados coletados foram extraídos da pesquisa bibliográfica de autores que tratam sobre o tema políticas públicas, com ênfase na política habitacional, tais como Marta Arretche, Ermínia Maricato, Bonduki, Azevedo e Andrade, Aduino Cardoso, entre outros.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente, o segmento popular no Brasil, em virtude da sua vulnerabilidade econômica e social, sempre teve que recorrer à autoconstrução em lotes periféricos para obter sua casa própria. Este segmento constitui-se num conjunto de indivíduos desempregados, excluídos do mercado formal de trabalho, ou que participam de ocupações marcadas por relações de informalidade e precariedade (Maricato, 1977). A oportunidade para esta população carente de obter uma habitação digna depende, portanto, da adoção de políticas habitacionais inclusivas que sejam formuladas levando em consideração a oferta de terras e o seu preço, bem como as diversas necessidades habitacionais (ver quadro 01).

Quadro 01

Política habitacional (necessidades, ações e instrumentos)

NECESSIDADES HABITACIONAIS	AÇÕES	INSTRUMENTOS
Déficit quantitativo	Construções de novas moradias	Subsídio para a população com até 5. s.m;
Inadequação de domicílios	Urbanização de favelas Melhorias ou reformas de moradias	Financiamentos e repasses a Estados e Municípios;
Aglomerações subnormais	Construções de novas moradias Urbanização de favelas Melhorias ou reformas de moradias	Financiamentos para pessoas físicas, associações ou empresas; Arrendamento residencial.

Fonte: www.brasil.gov.br. Adaptado pela autora.

Até 1920, a cidade do Rio de Janeiro constituía-se no principal mercado consumidor brasileiro onde poucos tinham acesso aos frutos do progresso econômico. Política de concentração dos lucros e socialização das perdas acumulava bônus no setor cafeeiro, e nos demais setores econômicos, em especial na indústria nascente. Neste período, a pobreza urbana já despontava como uma grande preocupação tanto das *elites*, *tanto quanto dos profissionais ligados à imprensa, literatura, engenharia, medicina, ao direito e à filantropia que passam a descrever e propor medidas de combate à pobreza e à miséria* (Valladares, 2000, p. 2). Assim, aos pobres restava a opção por habitações coletivas e precárias construídas para o mercado de locação: o cortiço e as vilas operárias, lugares propícios a proliferação de epidemias diversas, notadamente febre amarela que dizimava grande parte da força de trabalho brasileira (BONDUKI, 1998).

O êxodo rural, a chegada de imigrantes europeus ao país elevou ainda mais o contingente populacional, dificultando o atendimento às necessidades habitacionais que se traduzia na escassez de moradia, alta dos aluguéis, no aumento de construções clandestinas, favelas, especulação imobiliária e pressão sobre o sistema político (Azevedo e Andrade, 1982). A crise habitacional e urbana afetava apenas aquela população empregada no setor pré-capitalista de baixíssima produtividade, ou seja, os trabalhadores autônomos eventuais, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração, geralmente excluídos da legislação trabalhista e que, por isso, não tinham renda suficiente, e nem proteção social, para adquirir sua própria moradia (REZENDE, 1999).

Tratava-se de trabalhadores urbanos e rurais, que atuavam no mercado de trabalho formal com baixíssimos salários ou mesmo no mercado informal, vivendo em condições estritamente insatisfatórias senão subumanas. Tais trabalhadores, ao lado de uma minoria com elevadas remunerações, criava no espaço urbano uma distinção entre os que tinham acesso à mercadoria habitação e os que, mesmo necessitando de tal bem não podiam satisfazê-lo carecendo, portanto, da intervenção estatal. Apesar do crescente déficit habitacional, da inadequação dos domicílios e da explosão de aglomerados subnormais, as ações públicas aplicadas consistia apenas no combate as habitações coletivas, notadamente às estalagens e aos cortiços. A população expulsa, por sua vez, em virtude da falta de recursos, procurava habitar nas proximidades dos centros. Mas, quando conseguia elevar um pouco sua renda, dirigiam-se aos subúrbios.

A presença das favelas e dos cortiços constituía-se num contra movimento presente na cidade, ou seja, a sua existência, para a classe burguesa, consistia na negação da ordem e do progresso (Abreu, 1994).

Por exemplo, no Rio de Janeiro, a Reforma Urbana realizada por Pereira Passos em 1906, objetivava sanear e ordenar a malha de circulação viária, demolir casarões, abrir diversas ruas e alargar outras. Se, por um lado, o alargamento das ruas permitiu o arejamento, ventilação e melhor iluminação do centro e ainda a adoção de uma arquitetura de padrão superior, por outro lado, promoveu a expulsão dos pobres do centro da cidade viabilizando, assim, o desenvolvimento de sua própria negação: a proliferação dos aglomerados subnormais, notadamente, a favela que já vinha debilmente se ampliando na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendia erradicar no espaço urbano naquele período (ABREU E VAZ, 1991, p. 3).

Além dos cortiços, o setor rentista também produzia outras modalidades de aluguel, dentre as quais se podem destacar as vilas operárias. Estas surgiram como uma estratégia de atrair mão de obra para um mercado de trabalho ainda em formação. Segundo Bonduki (1998), muitas empresas criaram tanto vilas quanto cidadelas a fim de concentrar os trabalhadores e oferecer o mínimo possível de serviços e equipamentos urbanos. De fato, os conjuntos de moradias erguidos por empresas para seus funcionários difundiram-se em larga escala, em diferentes estados e regiões (ver figura 01). A partir de então, os referidos espaços se afirmariam como uma importante expressão do processo de industrialização não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, mas ainda por suas características formais, que usualmente remetem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril (CORREIA, et. al, 2006).

Figura 01

Arquitetura dos núcleos fabris



Fonte: Correia et. al. (op. cit, p. 15)

Em 1930, o poder público passou a definir novas normas para resolução dos diversos conflitos inerentes à habitação popular no Brasil, ainda que os recursos aplicados e os objetivos a serem alcançados não tivessem por prioridade a melhoria dos sujeitos beneficiados, mas o controle social. Surgia, pois, a ideologia da casa própria. A partir de então começou a se configurar um sistema habitacional composto por vários órgãos governamentais, tais como, as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP). Essas experiências esboçavam o germe de políticas públicas regulatórias no mercado de habitação social no Brasil. Apesar dos pequenos avanços, a lógica que imperava na atuação dos IAPs era ineficaz porque excluía expressamente dentre o rol de beneficiários, aquela população de baixa renda que não estava ligada a nenhuma associação (Bonduki, 1998). De acordo com Farah (1985), entre 1937 e 1964, os IAPs edificaram 130.000 moradias em todo país, sem contar com os apartamentos financiados para a classe média e alta. Tal número correspondia a mais de 4% do total de moradias urbanas ocupadas no país, em fins da década de 1950.

A Fundação da Casa Popular (FPC) foi outro modelo de política habitacional criado em 1946 na pretensão de produzir moradias populares, bem como garantir e manter a dominação e a exploração das classes trabalhadoras. A ineficiência do modelo construído nos moldes da FCP ocorreu, dentre outros fatores, em virtude da escassez de receitas públicas, da falta de estruturação organizacional e financeira e da deficiência na capacidade institucional dos municípios, bem como da ausência de respaldo político dos Estados ou legislação. É importante frisar que, não obstante as limitações das políticas habitacionais executadas pelos IAPs e pela FCP para o atendimento da população de baixa renda, tais instituições representaram um crescimento na produção estatal direta de conjuntos habitacionais, no financiamento em larga escala da moradia popular, nos mecanismos de regulação, inclusive do mercado de aluguéis, e pela difusão de uma legislação que demarcava as condições de acesso ao crédito e das transações no mercado fundiário (AZEVEDO E ANDRADE, 1998).

O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, infelizmente não rompeu com a lógica predominante dos programas habitacionais citados anteriormente. A produção de moradias estava estritamente relacionada com a necessidade de acalmar as massas populares e efetivar a legitimação do emergente poder ditatorial. A implantação dessa política foi possível com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, que conseguiu mobilizar grande volume de poupança compulsória, representando os meios necessários ao financiamento das habitações. O BNH atuou basicamente por meio das Companhias de Habitação (COHABs) e dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), por meio de poupanças voluntárias e compulsórias e produziu impactos tanto positivos quanto negativos no cenário nacional: a criação do Banco preencheu um vazio institucional até então existente no país no campo da habitação, entretanto apenas 35% das habitações produzidas eram destinados à classe popular (Azevedo e Andrade, 2011, p. 100). No entender de Fagnani (2005, p. 2, 3), a política praticada no modelo BNH foi pouco efetiva para o exercício de fato do direito à moradia dado o caráter conservador dos seus mecanismos institucionais e burocráticos, isto é, *“na medida em que, via de regra, seus frutos não foram direcionados para a população mais pobre e tiveram reduzido impacto na redistribuição da renda”*. Além disso, a predominância do modelo da cidade chamado de centro-periferia possibilitou o aumento cada vez maior das distâncias entre as classes sociais, regiões, cidades e até mesmo os bairros em termos de condições e qualidade de vida (Negrelos, 2010). Em Natal (RN), por exemplo, o padrão de grande parte dos conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH foi construído, inicialmente, nas áreas periféricas em relação ao centro da cidade, ou seja, na Cidade da Esperança, Mirassol e Neópolis. O conjunto Cidade da Esperança, construído entre 1965 e 1967, com 504 residências, igreja e escola, é fruto da política habitacional adotada no estado pelo governador Aluísio Alves e é um marco na ocupação da periferia (MEDEIROS, 2007).

O fim do modelo BNH, no ano de 1986, coincidiu com a desintegração progressiva do sistema de poder centralizado que passou a perder sua governabilidade e com a emergência de uma sociedade civil que ia, passo a passo, ocupando crescentes espaços no cenário político nacional. A política centralizada de planejamento foi sendo, pois, substituída pelas chamadas política de planejamento participativo ainda que extremamente limitada, inclusive no campo habitacional. O resultado dessa desintegração foi um forte arrefecimento na oferta de habitação popular nas principais regiões metropolitanas do Brasil, fazendo elevar tanto o déficit habitacional quantitativo quanto o problema da inadequação dos domicílios, os quais passariam a apresentar situações de grande precariedade nas décadas seguintes. Um déficit habitacional representado tanto pela escassez de moradias quanto pela falta de oferta de habitações não-precárias (ou “normais”, em oposição às “subnormais” da classificação do IBGE) e disponibilizadas como valor de uso a um preço acessível para a população cujo rendimento é de até três salários mínimos e que, por isso,

1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL tendem a buscar soluções alternativas de moradia (ABRAMO, 2007)

Entre 1986 e meados da década de 1990 (quando tem início uma proposta de reestruturação mais sólida do setor), a política habitacional passou a ser conduzida por vários órgãos que se sucederam ao longo do período. Mais uma vez, os efeitos positivos esperados não foram alcançados. O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU era o órgão responsável pelas áreas de políticas habitacionais, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, mas com a extinção do BNH em 1986, suas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal – CEF. O setor de habitação permaneceu vinculado ao MDU, ainda que administrada pela CEF que, por sua vez, pertencia ao Ministério da Fazenda. No ano de 1987, o MDU foi transformado no Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente – MHU, passando a acumular, além das competências do antigo MDU, a gestão das políticas de transportes urbanos e a incorporação da CEF. No ano de 1988, criou-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social – MBES, em cuja pasta permaneceu a gestão da política habitacional. Em 1989 foi extinto o MBES, surgindo a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária – SEAC, sob competência do Ministério do Interior. As atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e a Caixa Econômica Federal – CEF passaram a ser de competência do Ministério da Fazenda (ARRETCHE, 1996).

A partir dos anos de 1990, a política habitacional passou a sofrer forte orientação neoliberal em decorrência das mudanças no papel do Estado, nomeadamente no que diz respeito à capacidade de prover um sistema de proteção social que minimizasse os efeitos deletérios do processo de acumulação. Para os defensores do neoliberalismo a crise econômica era fruto das políticas implementadas pelo Estado do Bem-Estar Social. Na verdade, sua ideologia difundia a idéia da supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive. No imaginário neoliberal, o mercado é sinônimo de progresso, eficiência e justiça. O resultado da difusão dessa ideologia foi o aprofundamento do déficit habitacional no país, a despeito dos programas de habitação desenvolvidos no período. O Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), por exemplo, que previa a construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil casas, não atingiu a sua, sendo construídas apenas 210 mil unidades habitacionais de baixíssimo valor em condições inadequadas de saneamento e infra-estrutura urbana, já que estas ações eram de responsabilidade do poder municipal. Em 1992, procurou-se criar mecanismos de financiamentos diretos à pessoa física e ao produtor no intuito de reduzir a questão burocrática, aperfeiçoar o controle social e dar maior transparência à gestão administrativa dos recursos liberados. Também foram criados os programas de habitação popular: Habitar – Brasil, desenvolvido para cidades grandes e médias, e o Morar - Município, desenvolvido para cidades pequenas, os quais consistiriam na base da política habitacional a ser promovida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Botega, 2008). Em 1996, o novo conceito de déficit habitacional elaborado passou a prever a necessidade de incorporação de melhoria nas áreas ocupadas precariamente aos programas da política urbana, além de instituir o conceito da casa pronta. Também foi proposta a descentralização da operação dos programas de responsabilidade de governos municipais e estaduais e a diversidade de programas rompendo com a rigidez e a padronização excessiva (MARICATO, 1998).

O fato é que, durante toda a década de 90, a ação do Estado foi bastante insatisfatória para a área social, inclusive para a habitação, mas contribuiu intensamente para a dinâmica do capital imobiliário, através da criação de várias empresas de incorporação criadas para executar as políticas habitacionais citadas. O comportamento maximizador de lucros estimulava a construção de habitações populares em terrenos mais baratos, localizados em periferias, distante dos centros urbanos de consumo, colaborando para a geração de vários efeitos perversos, pois se configurava *“uma cidade ocupada diferencialmente*

1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL *pelos classes, que se apropriam das parcelas do território de acordo com o nível de renda a que tem acesso. Uma cidade, enfim, segregada*” (BONDUKI e ROLNIK, p. 146).

Somente nos anos 2000, com a Emenda Constitucional nº 26/2000 a moradia passou a ser considerado um direito social, a fim de reforçar o papel da União na provisão de moradias para as famílias mais pobres. Com a estabilização econômica, responsável pelas condições favoráveis aos empréstimos de longo prazo, a trajetória da política habitacional tomaria novos rumos. Visando a elaboração de um novo desenho institucional para a política de habitação e uma legislação direta referente à efetivação desse direito, o governo federal passou a estimular, por meio da Secretaria de Política Urbana (Sepurb), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, a descentralização dos programas dos setores de habitação, saneamento básico e infra-estrutura. Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades e em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Habitação (PNH) de modo coerente com a Constituição Federal (1988) e com o Estatuto da Cidade (2001). Também foi importante a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – (2005). O FNHIS possui natureza contábil e tem por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários destinados à execução dos programas habitacionais voltados ao interesse social. O atual Sistema Nacional de Habitação (SNH), portanto, encontra-se estruturado em dois subsistemas de atuação: o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). É o SFH que promove as condições necessárias à provisão de interesse social. Já o SFI é constituído de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Neste caso, a ênfase é o fomento à habitação privada que atenda a população de classe média.

No ano de 2009, o governo federal criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com o propósito duplo de fazer democratizar o acesso à casa própria através da reconciliação entre desenvolvimento econômico e a inclusão social e de minimizar os efeitos perversos da crise econômica internacional à dinâmica econômica do país. Segundo a lei 12.424/2011, o PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.100 (2) e até R\$ 5.000 (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R\$ 15.000 (1), até R\$ 30.000 (2) e até R\$ 60.000 (3). Para as faixas 1 e 2, a meta é produzir 400.000 unidades habitacionais. Já a faixa 3 tem por meta a construção de 200.000 unidades habitacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, de acordo com os autores pesquisados, as políticas habitacionais no Brasil voltadas para os segmentos de maior vulnerabilidade social e econômica, têm sido elaboradas de forma a gerar efeitos perversos e segregadores, em virtude, principalmente do comportamento maximizador de lucros que estimulava a construção de habitações populares em terrenos mais baratos. Por outro lado, a escassez do solo urbano nos lugares centrais, desprovidos de equipamentos urbanos e de uma infraestrutura adequada, vem estimulando a produção de habitação de interesse social nas regiões periféricas das metrópoles brasileiras. Essa escassez de terras, portanto, aumenta o preço dos terrenos ainda disponíveis para a produção dos empreendimentos do MCMV nos centros urbanos. Na verdade, a política habitacional e urbana não tem conseguido solucionar o problema da moradia para a população carente, mas contribuído para a expansão capitalista nas áreas urbanas, definindo um mercado urbano de terras, segregando áreas e valorizando-as. Desse modo, o espaço urbano tem sido reconstruído, concretizando o

1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL
rápido processo de urbanização vivenciado nas grandes e médias cidades brasileiras. Faz-se, então, necessário aplicar mecanismos de avaliação que aponte as deficiências dessas políticas e programas, no sentido de imprimir-lhes uma nova orientação, tornando-as mais equânimes e, portanto, capazes de promover o desenvolvimento de cidades mais justas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P. A Cidade COMFUSA. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.9, n.2, 25-54, nov. 2007.
- ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço e Debates*, nº. 37, 1994.
- ARRETCHE, M. “A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem?” *Espaço e Debates* 16(39): 75-86.
- AZEVEDO, S. A., Luís A. G. de. *Habitação e poder - Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- _____. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. *Teoria e debate*, ano 22, n. 82 – maio/junho 2009.
- BOTEGA, L. R. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista eletrônica de Arquitetura e urbanismo*, São Paulo, 2008.
- CORREIA, T. B.; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. *Brasil, suas fábricas e vilas operárias*. Pós, São Paulo, n.20, dez. 2006.
- FAGNANI, E. Política Social no Brasil (1964-2002): Entre a Cidadania e a Caridade. *Tese de Doutorado* - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Instituto de Economia – IE, Campinas, 2005.
- FARAH, M. F. Estado e habitação no Brasil: o caso do Instituto da Previdência, in: *Espaço e Debates*, n.16, ano V, p.73-82, 1985.
- NEGRELOS, E. P. Habitação Social no Brasil pós-1964. *Arquitetura, Cidade e Gestão*. Um estudo comparado entre a produção do BNH/ e da CEF/PAR em cidades do Estado de São Paulo. Primeiros resultados em São Paulo e São Carlos. *I ENANPARQ*. Rio de Janeiro, dez/2010.
- MARICATO, E. *Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC*. Jul/2008. Disponível em http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_politicaurbanafhc.pdf. Acesso em 03.12.2011
- MEDEIROS, S. R. F. Q.. A casa própria: sonho ou realidade? Um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal. *Dissertação de Mestrado* - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal (RN), 2007.
- REZENDE, C. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1999.

1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL
VALLADARES, L. *A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais*. RBCS, Vol. 15, n. 44, outubro/2000.